

SUMÁRIO

Pesquisa, Estruturação e Revisão	5
Apresentação à 7ª edição	7
PARTE I. A função do Poder Judiciário e especialmente dos Tribunais Superiores – da Revolução Francesa até nossos dias	
1. A função jurisdicional e o ordenamento jurídico	19
1.1. Considerações gerais	19
1.2. Vinculação da decisão judicial à lei, ao longo da história	21
1.3. Tripartição de poderes e o positivismo jurídico	26
1.4. A relevância crescente do papel do Poder Judiciário	29
1.5. A necessidade de motivação das decisões judiciais	35
1.6. Estado de Direito e segurança jurídica	37
2. As funções do Direito, tendo em vista as transformações da sociedade	39
2.1. A evolução da sociedade e o sistema jurídico	39
2.2. A dogmática tradicional e sua insuficiência.....	45
2.3. Sobre as contemporâneas teorias da argumentação jurídica	50
2.4. A tópica como argumentação jurídica.....	56
2.5. O sistema jurídico como sistema aberto.....	60
2.6. Segurança jurídica como previsibilidade – <i>civil law</i> e <i>common law</i> , lado a lado	64
3. O Judiciário como concretizador dos princípios fundamentais	77
3.1. A atuação jurisdicional fundada em princípios jurídicos.....	77
3.1.1. Evolução do papel dos princípios.....	77
3.1.2. Caráter normativo dos princípios	81
3.1.3. Princípios e regras jurídicas – características essenciais.....	83

3.1.4.	De onde vêm os princípios jurídicos?	87
3.1.5.	Resolução de casos difíceis com base em princípios – princípios opostos e princípio da proporcionalidade.....	89
3.2.	O juiz como agente de concretização dos direitos fundamentais	98
3.2.1.	Princípios e direitos fundamentais na Constituição Federal.....	98
3.2.2.	Natureza dos direitos fundamentais	99
3.2.3.	Consequências da expressa consagração, no plano constitucional, dos direitos fundamentais.....	103
3.3.	Princípios e direitos fundamentais e a segurança jurídica – o <i>ethos</i> dominante.....	105

PARTE II. A participação ativa do Poder Judiciário na construção do Direito

4.	A criatividade judicial. Como se dá a vinculação do juiz à Lei e como se harmoniza com a sua liberdade em decidir	111
4.1.	O princípio da legalidade, tal como deve ser compreendido contemporaneamente.....	111
4.2.	Quando pode, o Judiciário, ser criativo?	116
4.2.1.	O problema da evolução do direito – Os ambientes decisoriais – O efeito surpresa	123
4.2.2.	Flexibilização e evolução do direito no <i>civil law</i> – Tarefa da jurisprudência? – Ambientes decisoriais – Técnicas da lei – Perigo de dispersão – Uniformização por identidade essencial (mesma <i>ratio decidendi</i>) – Limites à liberdade do juiz.....	127
4.2.3.	Padrões internacionais são bem-vindos?	143
4.2.4.	Um <i>ethos</i> dominante mundial?.....	150
4.3.	A criatividade do juiz em face da necessidade de neutralidade	152
4.4.	Liberdade do juiz ou liberdade do Judiciário?	154
4.4.1.	Há uma única decisão correta para cada caso?	158
4.5.	Decisões diferentes para casos idênticos: afronta ao princípio da legalidade? – Pressupostos da necessidade de respeito aos precedentes também no <i>civil law</i> – A deformação – O sistemático desrespeito – O descrédito do Poder Judiciário	168
4.5.1.	Sobre o <i>common law</i> – <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> – Necessidade de interpretação dos precedentes.....	179
4.6.	O que torna casos iguais? Para fins de uniformização e de respeito a precedentes	188
4.6.1.	Deve-se uniformizar a jurisprudência e respeitar precedentes quando a <i>ratio</i> é a mesma – Casos semelhantes e não idênticos, do ponto de vista fático	194

5. O conceito vago ou indeterminado, tal como deve ser entendido em nossos dias	201
5.1. Função dos conceitos vagos ou indeterminados	201
5.2. Estrutura dos conceitos vagos ou indeterminados.....	204
5.3. Possibilidade de transformação do conceito, de vago, em preciso	205
5.4. Como se opera a <i>subsunção</i> diante de conceitos vagos?.....	209
6. Cláusulas gerais	212
6.1. Papel das cláusulas gerais	212
6.2. Análise de algumas cláusulas gerais importantes, no direito contemporâneo	216
6.2.1. Função social da propriedade.....	216
6.2.2. Função social do contrato	219
6.2.3. A boa-fé objetiva	221
6.3. A liberdade do juiz e as cláusulas gerais.....	223
7. Liberdade do juiz e discricionariedade judicial	226
7.1. A desvinculação da ideia de discricionariedade administrativa e liberdade do juiz	226
7.2. Existe discricionariedade judicial no sentido em que a expressão é usada em países de <i>civil law</i> ?.....	235
7.3. Discricionariedade judicial diante de princípios jurídicos, de conceitos vagos ou indeterminados e de cláusulas gerais	237
8. A nova função dos Tribunais Superiores	243
8.1. A importância da estabilidade da sua jurisprudência – A vinculação horizontal.....	253

PARTE III. Jurisprudência, Súmulas e Precedentes Vinculantes

9. A relevância da jurisprudência, das súmulas e dos precedentes no direito brasileiro contemporâneo	267
9.1. Súmula vinculante	281
9.1.1. Brevíssimo histórico	281
9.1.2. A EC 45/2004 e a Lei 11.417/2006	291
9.1.3. Objeto da súmula vinculante	292
9.1.4. Competência para a criação da súmula vinculante	297
9.1.5. Legitimidade para a proposição de súmula vinculante.....	298
9.1.6. Efeitos da súmula vinculante	299

9.2.	A vinculatividade (força normativa) da jurisprudência e dos precedentes no Código de Processo Civil	303
9.2.1.	Aplicação dos precedentes – Recomendação 134 do CNJ	306
9.2.2.	Adequação de decisão, ainda não transitada em julgado, a precedente vinculante posterior à sua prolação	309
9.3.	O que entendemos como “precedentes à brasileira”? Afastamento da tradição do <i>civil law</i> ?	311
9.4.	Inconstitucionalidade?	325
9.5.	Precedentes, <i>ratio</i> e tese	332
9.5.1.	Recursos repetitivos – Recurso extraordinário e recurso especial	335
9.5.1.1.	Generalidades	335
9.5.1.2.	Natureza jurídica e escopo	337
9.5.1.3.	Regime jurídico	345
9.5.1.4.	Efeitos	349
9.5.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	355
9.5.3.	Assunção de competência	382
9.6.	Reclamação	387
9.6.1.	Resolução 03/2016 do STJ e a competência para julgar reclamações propostas para dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	388
9.6.2.	Reclamação no Código de Processo Civil de 2015	390
9.7.	Alteração da jurisprudência: características, efeitos e instrumentos processuais relacionados	406
9.7.1.	Generalidades	406
9.7.2.	Aspectos importantes para a compreensão do significado de alteração da jurisprudência	407
9.7.3.	A ação rescisória	419
9.7.4.	A modulação	428
9.7.4.1.	Quem pode modular? Qual o momento em que se deve decidir sobre a modulação?	437
9.7.4.2.	<i>Quorum</i> diferenciado?	441
9.7.4.3.	Necessidade de manifestação de todos os integrantes do órgão colegiado	442
9.7.4.4.	Modulação a favor do Estado?	442
9.7.4.5.	Embargos de declaração	444

PARTE IV. Recurso extraordinário e recurso especial – Núcleo comum

10. As origens do recurso extraordinário e do recurso especial: aspectos históricos e políticos	447
10.1. O federalismo norte-americano, a Suprema Corte e o <i>writ of error</i>	451
10.1.1. O Estado liberal, a Revolução Francesa e a cassação civil	455
10.1.2. O Supremo Tribunal Federal, o tipo de Estado e o sistema político brasileiros.....	457
10.1.2.1. O modelo vigente até 1988	458
10.1.2.2. O modelo vigente após a criação do Superior Tribunal de Justiça – o recurso especial	461
11. Os escopos dos recursos para tribunais de cúpula	465
11.1. Funções clássicas.....	465
11.1.1. Função nomofilática.....	466
11.1.2. Função uniformizadora	468
11.2. Funções contemporâneas	472
11.2.1. Função dikelógica	473
11.2.2. Função paradigmática.....	475
12. Noções gerais acerca dos fundamentos e hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial	484
12.1. Função uniformizadora de ambos os recursos – “dissídio jurisprudencial”	487
13. Prequestionamento	491
13.1. Noções gerais: origem e função do questionamento	491
13.2. Prequestionamento e descrição dos fatos na decisão recorrida.....	497
13.3. Regras do Código de Processo Civil de 2015 que interferem no prequestionamento	500
13.3.1. Fundamentação das decisões.....	500
13.3.2. Embargos de declaração.....	501
13.3.3. O voto vencido	502
13.4. Distinção entre questões federais constitucionais e infraconstitucionais....	502
14. Questão de direito e questão de fato	506
14.1. A distinção entre questão de fato e questão de direito	506
14.2. Reexame e reavaliação da prova	515
14.3. Controle das cláusulas contratuais por remédios de estrito direito.....	518
14.4. O controle da subsunção dos fatos à norma, quando se trata de dispositivo que contenha conceito vago em sua formulação ou quando se trata de <i>cláusula geral</i>	524

14.5. Desrespeito a princípios jurídicos – é questão de direito?	528
14.6. A função dos recursos extraordinário e especial e a possibilidade de se abrir uma “brecha”	531
14.7. A relevância dos fatos para as decisões dos Tribunais Superiores – fatos “legislativos”	534
14.8. Os <i>amici curiae</i>	549
14.9. As audiências públicas.....	556
15. Esgotamento das vias ordinárias	562
15.1. Decisão de única ou última instância	562
15.1.1. Decisão “final”	562
16. Excessos quanto à interpretação dos requisitos dos recursos excepcionais – a jurisprudência “defensiva”	564
16.1. Contextualização	564
16.2. Soluções relacionadas à tempestividade.....	567
16.3. Soluções relacionadas à regularidade formal.....	569
16.4. Soluções relacionadas ao preparo	573
16.5. Solução quanto ao objeto do recurso excepcional: <i>conversão</i>	575
17. Efeitos	578
17.1. Efeito obstativo.....	578
17.2. Efeito substitutivo	579
17.3. Efeito devolutivo	580
17.4. Efeito translativo	592
17.5. Efeito suspensivo.....	596
18. Temas relativos à preparação para a interposição de recurso extraordinário e recurso especial	599
18.1. Dever de declaração do voto vencido	599
18.2. Embargos de declaração indevidamente inadmitidos – “Prequestionamento” <i>ficto</i> ?.....	603
18.3. Dever de fundamentação – Extensão	606

PARTE V. Filtros nos Tribunais Superiores

19. Os filtros – Repercussão geral e relevância	613
19.1. Crises dos recursos extraordinário e especial e tentativas de superação.....	613
19.2. A tendência mundial de criação de filtros para o acesso de recursos aos tribunais de cúpula – Aspectos gerais.....	627

19.3. Sobre alguns filtros, agora individualmente considerados.....	642
19.3.1. Estados Unidos: <i>writ of certiorari</i>	642
19.3.1.1. Histórico da discricionariedade judicial nos EUA.....	642
19.3.1.2. Procedimento do <i>writ of certiorari</i>	647
19.3.1.3. A “teoria do indício” (<i>cue theory</i>) e outros estudos sobre critérios utilizados pela Suprema Corte para concessão do <i>certiorari</i>	650
19.3.1.4. Os provimentos da Suprema Corte (<i>Rules of the Supreme Court</i>)	651
19.3.1.5. A relevância das questões discutidas no caso como critério para exame da Suprema Corte.....	653
19.3.2. Alemanha: significação fundamental da questão de direito (<i>Rechtssache grundsätzliche Bedeutung</i>) discutida no recurso de revisão	655
19.3.2.1. A admissibilidade da <i>revisão</i> antes da reforma de 2001...	657
19.3.2.2. A admissibilidade da <i>revisão</i> após a reforma de 2001...	658
19.3.3. Argentina: o <i>certiorari</i> argentino introduzido pela Lei 23.774.....	660
19.3.3.1. Generalidades	660
19.3.3.2. As hipóteses de rejeição do recurso extraordinário com base no art. 280	663
19.3.3.2.1. Ausência de lesão federal suficiente	663
19.3.3.2.2. Questões insubstanciais	664
19.3.3.2.3. Transcendência das questões discutidas no recurso	665
19.3.3.3. Critérios utilizados na Argentina	666
19.3.3.3.1. Transcendência das questões constitucionais	666
19.3.3.3.2. Transcendência das questões infraconstitucionais	667
19.3.4. Outros países	668
19.3.4.1. Inglaterra: a seleção de casos autorizada pela Lei de 1934.....	668
19.3.4.2. Canadá: a Lei de 1974 e a restrição da jurisdição recursal obrigatória	669
19.3.4.3. Austrália: os <i>critérios</i> instituídos em 1984 para a concessão de licença especial para recorrer	670
19.3.4.4. Japão: o modelo introduzido pelo Código de Processo Civil de 1996.....	671

19.4.	Repercussão geral – Considerações gerais	672
19.4.1.	Natureza jurídica.....	672
19.4.2.	Filtro de natureza jurisdicional e não política.....	676
19.4.3.	Repercussão geral e interesse social	679
19.4.4.	Duas dimensões: objetiva e subjetiva.....	681
19.4.5.	Conceito de repercussão geral	686
19.4.6.	Art. 1.035, § 3º, do CPC – Repercussão geral presumida.....	688
19.5.	A relevância – Considerações gerais	690
19.5.1.	Natureza jurídica: a relevância da questão é, ao mesmo tempo, requisito essencial e forma de admissibilidade do recurso especial	696
19.5.2.	A necessidade de regulamentação.....	699
19.5.3.	Não cumulatividade entre os §§ 2º e 3º do art. 105, CF	701
19.5.4.	Art. 105, § 3º, CF – Relevância presumida.....	703
19.5.4.1.	Ações penais, de improbidade e que levem à inelegibilidade	704
19.5.4.2.	Valor da causa	706
19.5.4.3.	Jurisprudência dominante	709
19.5.5.	Uma questão relevante ou todas as questões relevantes?	711
19.5.6.	Impacto legislativo – Estudos prévios.....	711

PARTE VI. Recurso extraordinário e recurso especial

20.	Recurso extraordinário	715
20.1.	Juízo de admissibilidade.....	715
20.1.1.	Cabimento	716
20.1.1.1.	Causas decididas e prévio exaurimento das instâncias ordinárias	723
20.2.	Processamento	730
20.2.1.	Competência para o primeiro juízo de admissibilidade e recursos cabíveis	730
20.2.2.	Repercussão geral	736
20.2.2.1.	Presumida	737
20.2.2.2.	Efeito especial do reconhecimento da repercussão geral – suspensão dos processos em curso.....	738
20.2.2.3.	Âmbito de eficácia da decisão que considera ausente a repercussão geral.....	738
20.3.	Inadmissão do recurso extraordinário com base no art. 1.030, V, e nas demais causas de inadmissibilidade (art. 1.042, <i>caput</i>) – O problema dos dois agravos	739

20.4. Negativa de seguimento do recurso extraordinário com base no art. 1.030, I, 'a', parte final, do CPC (art. 1.030, § 2º)	746
20.4.1. Procedimentos diferenciados	750
20.5. Juízo de mérito do recurso extraordinário	758
20.6. Efeitos vinculantes e eficácia <i>erga omnes</i> – Controle difuso e controle concentrado	763
21. Recurso especial	771
21.1. Juízo de admissibilidade.....	771
21.1.1. Cabimento	773
21.1.2. Causas decididas e prévio exaurimento das instâncias ordinárias ...	774
21.2. Processamento	776
21.2.1. Relevância da questão federal infraconstitucional.....	776
21.2.1.1. Presumida	778
21.2.1.2. Efeito especial do reconhecimento da relevância da questão federal infraconstitucional – suspensão dos processos em curso.....	779
21.2.1.3. Âmbito de eficácia da decisão que considera ausente a relevância	781
21.3. Inadmissão do recurso especial com base no art. 1.030, V, e nas demais causas de inadmissibilidade (art. 1.042, <i>caput</i>).....	782
21.4. Negativa de seguimento do recurso especial com base no art. 1.030, I, 'c', parte final, do CPC (art. 1.030, § 2º).....	784
21.5. Procedimento previsto no Regimento Interno – A Corte Especial	791
21.6. Juízo de mérito do recurso especial.....	796

PARTE VII. Situações que envolvem ambos os recursos

22. Interposição conjunta de recurso especial e recurso extraordinário – Generalidades	799
22.1. Prejudicialidade do recurso extraordinário em relação ao recurso especial...	800
22.2. Fundamento suficiente – Necessidade de interposição de ambos os recursos	803
22.3. A ordem “normal”	807
23. A implicação, quanto à admissibilidade, do recurso extraordinário em relação ao especial e vice-versa – Repercussão geral e relevância	811
23.1. O redirecionamento – Questões que são, simultaneamente, constitucionais e infraconstitucionais	817

PARTE VIII. Tecnologia

24. A inteligência artificial nos Tribunais Superiores	825
24.1. Informatização, automação e inteligência artificial no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça	830
24.1.1. Contextualização	830
24.1.2. O avanço tecnológico no Supremo Tribunal Federal: Plenário Virtual para a apreciação da repercussão geral e Projeto Victor	831
24.1.3. O avanço tecnológico no Superior Tribunal de Justiça: sistemas Athos e Sócrates	836
24.1.4. Ressalvas necessárias à automação do processo decisório	844

PARTE IX. Embargos de divergência nos recursos extraordinário e especial

25. Embargos de divergência: uma forma de erradicar divergências <i>interna corporis</i>	855
25.1. Razão de ser	855
25.2. Restrições ao seu cabimento, à luz do Código de Processo Civil de 1973	857
25.3. As novas feições dos embargos de divergência	859
25.4. Desnecessidade de que os fatos sejam absolutamente idênticos.....	864
25.5. Procedimento.....	869
25.6. Embargos de divergência geram precedente vinculante?.....	874
Bibliografia citada e consultada	877
Índice Alfabético-remissivo	925
Proposta de Projeto de Lei – Filtro de Relevância.....	931